



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS  
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676  
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP  
E-mail: coace@ufscar.br

1  
2 **ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
3 **CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS**  
4

5 **Data:** 25 de setembro de 2018

6 **Horário:** 14h

7 **Local:** Anfiteatro da Reitoria

8 **Presidência:** PROF. DR. LEONARDO ANTÔNIO DE ANDRADE

9 **Membros:** Conforme assinaturas na lista de presença

10 **Secretária:** GEORGIA M. D. BUAINAIN

11 Aos vinte e cinco dias de setembro de dois mil e dezoito, às 14 horas, no Anfiteatro da Reitoria  
12 realizou-se a 37ª Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis - CoACE  
13 da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE, presidida pelo Pró-Reitor Prof.  
14 Dr. Leonardo Antônio de Andrade juntamente à Pró-Reitora Adjunta Sra. Francly Mary Alves Back.  
15 O Presidente iniciou a reunião saudando os presentes e passando para o expediente da reunião. 1.1 -  
16 Informes da Presidência: Sra. Francly explicou que o informe tratava-se da elaboração do plano de  
17 acompanhamento dos bolsistas do Programa de Assistência Estudantil (PAE); explicou que  
18 acompanhou ano passado o trabalho de uma comissão constituída pelo CoACE, presidida pela  
19 Profa. Cássia, do Departamento de Medicina, que fez um trabalho muito grande, por um período de  
20 mais de seis meses, para discutir a questão das contrapartidas acadêmicas para manutenção dos  
21 bolsistas no PAE; disse que o trabalho foi votado e o relatório aprovado pelo CoACE e que esse  
22 trabalho fez treze indicações de algumas adaptações; disse que a partir desse relatório foi  
23 constituído um grupo de trabalho com profissionais do Serviço Social, da Psicologia, da Terapia  
24 Ocupacional e uma Técnica em Assuntos Educacionais, vinculados à ProACE, da sede, e os  
25 profissionais de Serviço Social e Psicologia vinculados à ProACE, de cada campus, uma pedagoga  
26 vinculada à ProGrad de cada campus e representantes da Secretaria de Ações Afirmativas,  
27 Diversidade e Equidade (SAADE); esclareceu que esse grupo reunia-se mensalmente, sendo que já  
28 haviam sido feitas quatro oficinas; sendo o objetivo a elaboração de uma minuta de um Programa de  
29 Acompanhamento dos Bolsistas para institucionalizar suportes à permanência estudantil; disse que  
30 o trabalho estava sendo acompanhando pela Profa. Ana Malfitano, docente do Departamento de  
31 Terapia Ocupacional, que trabalhava com questões de juventude e vulnerabilidade; esclareceu que  
32 era ela a responsável pela mediação desse trabalho e solicitou o auxílio da Sra. Caroline, terapeuta  
33 ocupacional vinculada ao DeAE, para dar notícias sobre o andamento dessa atividade. Sra. Caroline  
34 disse que depois de uma leitura do relatório aprovado pelo CoACE estavam sendo disparados  
35 encontros no formato de oficinas no campus de São Carlos, sob a coordenação da Profa. Ana Paula  
36 Malfitano, do Metuia, que é o laboratório de T.O. social interinstitucional, que discute questões  
37 relacionadas a juventude e vulnerabilidade, o que dava um bom suporte para pensar o  
38 acompanhamento do estudante bolsista; informou que partiram da discussão das treze sugestões do  
39 relatório, compartilhando princípios e diretrizes, entendendo que havia uma necessidade de fazer

40 pactuações, enquanto equipes ProACE, ProGrad e SAADE, que poderiam tomar forma de um  
41 programa, dando sustentação para normativas do acompanhamento do estudante bolsista; disse que  
42 a equipe vinha conversando sobre o que era acompanhar; que o acompanhamento devia ser em  
43 rede; que as juventudes eram múltiplas; que se tinha uma necessidade de acompanhar os estudantes  
44 em momentos específicos de graduação para além de responder a fatos, a uma tentativa de suicídio,  
45 adoecimento psíquico, na perda de vaga, em casos de violência sexual ou racial, entre outras;  
46 informou que estavam indo para a quinta oficina, que aconteceria no dia primeiro, para fechamento  
47 de uma minuta com uma proposta de programa; disse ainda que esse espaço vinha sendo  
48 compartilhado com os estudantes, que tinham tido uma participação aquém do que era esperado,  
49 pois gostariam de uma participação maior, para poder escutá-los, mas mesmo assim esse grupo  
50 tinha encontrado formas de se fazerem presentes, participando dessa construção. Sra. Francy  
51 complementou que estavam em um processo de construção de uma proposta que pretendiam através  
52 de uma discussão nos Centros em cada campus; a forma como isso seria feito ainda estava em  
53 elaboração e quando tivessem algo mais esquematizado seria compartilhado no Conselho. Sra.  
54 Caroline finalizou dizendo que a ideia era compartilhar a minuta com a comunidade universitária,  
55 escutando também a categoria docente; a ideia seria fazer espaços, chamamentos públicos e abertos  
56 para quem quisesse fazer sua contribuição. Prof. Leonardo abriu para questionamentos. Não  
57 havendo questionamentos agradeceu os esclarecimentos dados pela Sra. Francy e Sra. Caroline e  
58 seguiu para o item 1.2 Informe das Unidades: Sra. Francy informou sobre a realização do  
59 Congresso de Saúde Mental da UFSCar que seria realizado no dia 28 de setembro com a abertura  
60 no período noturno, dia 29 de setembro o dia todo e dia 30 de setembro no período da manhã; esse  
61 evento foi puxado pela liga de Saúde Mental, da qual a ProACE era parceira. Sra. Francy convidou  
62 a todos para participarem dessa importante atividade. 1.3 Informe dos Membros: Profa. Débora  
63 disse que seu informe era no sentido de uma insatisfação, pois estavam dentro de um Conselho que  
64 cuidava dos assuntos comunitários e estudantis, mas permaneciam sem representação discente no  
65 Conselho; disse que era uma situação desagradável tomar decisões no Conselho sem ter a parcela  
66 mais interessada nessas discussões; manifestou sua insatisfação e disse que no último dia 21 foi  
67 convocado uma reunião extraordinária com 26 membros do Conselho Universitário, no qual  
68 realizaram uma série de deliberações; destacou para quem possuísse interesse que já havia um  
69 documento circulando a respeito do que foi decidido. Profa. Débora também colocou sobre um fato  
70 nefasto que aconteceu em uma escola pública de São Carlos, onde dois vereadores praticamente  
71 invadiram a escola e retiraram cartazes de uma atividade didática e pedagógica ligada a uma  
72 disciplina; manifestou seu repúdio a essa ação amplamente difundida na mídia local e também  
73 dentro da Universidade, na qual já havia moções de apoio à escola e a professora; esclareceu que  
74 acreditava que deviam ter um compromisso de difundir essas ações negativas, principalmente  
75 quando isso vinha por parte de vereadores, quando estava para se eleger novos vereadores para  
76 cidade, ficando atento a essas pessoas que estavam na contramão do que seria um estado  
77 democrático de direito. Com pesar Prof. Leonardo informou que na última semana, 19 de setembro,  
78 desapareceu no Rio Paranapanema o aluno Rafael Rodrigues de Camargo, aluno do 1º ano do curso  
79 de Administração do Campus Lagoa do Sino, bolsista do Programa de Assistência Estudantil e  
80 infelizmente ele veio a falecer. Prof. Leonardo transmitiu os sentimentos aos familiares, amigos e  
81 colegas e pediu um minuto de silêncio pelo estudante. Não havendo mais informes iniciou-se o item  
82 2. Ordem do dia - 2.1 *Ad referendum* relativo ao Ato Administrativo nº 063: Constituição de Comissão  
83 para eleição de representantes do Conselho da Unidade de Atendimento à Criança: Prof. Leonardo  
84 informou que a UAC enviou à ProACE um ofício solicitando que fosse feita a composição dessa  
85 comissão, sendo então elaborado o Ato Administrativo 63 seguindo as orientações da UAC. Profa.  
86 Mara informou que no Regimento da UAC fazia parte da comunidade o Conselho da UAC que era  
87 constituído por docentes, servidores técnico-administrativos e pais das crianças atendidas; disse que  
88 o Conselho anterior estava com seu prazo de vigência expirado em julho, mês de férias da UAC,  
89 sendo assim em agosto foi solicitada a abertura da comissão eleitoral e do edital; o processo foi  
90 concluído dia 18 de setembro. Profa. Mara informou quais representantes foram eleitos; disse que o  
91 processo foi tranquilo e que houve uma grande adesão dos pais e manifestou que esperava que o

92 Conselho levasse a frente os desafios apresentados na UAC em parceria com a ProACE. Profa.  
93 Débora questionou se o processo eleitoral se deu por voto em urna. Profa. Mara respondeu  
94 afirmativamente e informou que a mesa eleitoral ficou a disposição da comunidade durante o  
95 período de entrada e saída das crianças; informou ainda que a totalidade de pais participou do  
96 processo; que mesmo que os pais tivessem dois ou mais filhos na UAC o voto era único e que  
97 apenas um dos pais é que votava; sendo um total de 170 pais. O *ad referendum* foi aprovado por  
98 unanimidade. 2.2 Proposta de alteração do regimento de ingresso das crianças na UAC em 2019:  
99 Prof. Leonardo informou que essa proposta foi encaminhada a ProACE, e como tratava-se de uma  
100 alteração de regimento se fazia necessário trazê-la como ponto de pauta; disse que era reativo ao  
101 ingresso das crianças e pediu para que a Profa. Mara explicasse o assunto. Profa. Mara disse que em  
102 agosto encaminhou para ProACE um ofício informando que a UAC estava vivenciando um  
103 processo complicado em relação ao ingresso das crianças, porque existia uma Resolução que dizia  
104 que 25% das vagas das crianças eram reservadas para aquelas cujos pais eram estudantes vinculados  
105 ao Programa de Assistência Estudantil, o que correspondia a 43 vagas, porém nessa Resolução não  
106 falava como deveria ser esse procedimento de ingresso, sendo assim pensou juntamente com a  
107 ProACE em garantir que os estudantes que já ingressassem em um determinado ano letivo já  
108 tivessem a possibilidade de concorrer a uma dessas 43 vagas, então foi elaborado um procedimento  
109 onde esperava-se todas as chamadas do SISU acontecerem, concomitantemente o DeAE ia  
110 analisando os processos e indicando os estudantes que poderiam ter a bolsa, e a partir daí eles já se  
111 inscreviam, porém este processo ficava muito longo porque esperava-se a realização de todas as  
112 chamadas do SISU, para só depois abrir para a comunidade externa preencher os 75% de vagas  
113 restantes, isto estava levando a UAC a preencher vagas só em agosto/setembro do ano letivo e  
114 estava incorrendo em algumas questões como a rotina da UAC, ficando muito difícil fazer toda uma  
115 inserção da criança, que demanda um certo tempo, o que representava um grande impacto, pois as  
116 professoras passavam o ano inteiro recebendo crianças novas; havia também a questão da criança  
117 que chega, pois essa criança que chega em setembro ela já estava matriculada em outra escola,  
118 sendo obrigada a sair dessa escola, vindo para uma escola nova no meio do ano letivo, fato que  
119 impactava principalmente no preenchimento das vagas do grupo 5; além de outros estudantes que  
120 não eram atendidos pelo PAE, mas que estavam ali e que também necessitavam da UAC, mas que  
121 acabavam ficando presos porque tinham que esperar o processo de universalização; informou que  
122 enviou a ProACE esse ofício apontando todas essas questões e o Prof. Leonardo solicitou que ela  
123 elaborasse uma proposta de resolução para esse problema. Profa. Mara disse que então chamou o  
124 Grupo de Pais e Mães Universitários (GMPU) e a Sra. Evellyn e o Sr. Thomas, que levam avante  
125 esse processo considerando os bolsistas PAE, e iniciaram as discussões sobre uma forma de não  
126 impactar tanto a vidas dessas crianças que estavam chegando na UAC, nem a rotina da própria  
127 instituição e das famílias que seriam atendidas; foi elaborada uma proposta com o intuito de já  
128 implementá-la a partir de outubro, preservando a garantia de que os estudantes que ingressassem em  
129 2019 também viessem a concorrer; a ideia seria em outubro fazer a rematricula das crianças que já  
130 possuíam vínculo com a instituição, sabendo assim quem continuaria e quem sairia, geralmente  
131 são abertas em torno de quarenta vagas, referente as crianças do grupo 5 que estão saindo da UAC;  
132 em novembro faria um edital para atender as crianças filhas dos bolsistas veteranos do PAE;  
133 terminado esse processo seria novamente levantado o número de vagas restantes e seria realizado  
134 uma conversa com o GMPU; supondo que houvesse 10 vagas destinadas a essas crianças, sendo 5  
135 preenchidas, restando 5 vagas; o GMPU pediu para que participassem da distribuição dessas vagas;  
136 definindo quais grupos teriam demanda; sendo essa uma definição de pouco impacto perto do  
137 problemas que se estaria resolvendo; depois dessa redistribuição das vagas restantes em cada grupo  
138 seria aberto o processo de universalização, excluindo essas vagas que ficaram reservadas para os  
139 bolsistas do PAE; terminando o ano, a partir de 2019, acompanhando as chamadas do SISU abriria  
140 as vagas só para as crianças filhas dos estudantes ingressantes; com isso buscaria-se adiantar um  
141 pouco o processo deixando para o final só aquelas crianças filhas dos estudantes que ainda iriam  
142 ingressar; a proposta seria que esse processo fosse implementado de uma forma experimental,  
143 verificando se com isso os problemas seriam minimizados, para posteriormente alterar a resolução

144 indicando o procedimento que fosse viável. Prof. Leonardo questionou se a Resolução da Reserva  
145 de 25% Vagas estava disponível no site da UAC ou da ProACE. Profa. Mara respondeu  
146 afirmativamente, esclarecendo que se tratava da Resolução 073 do CoACE. Sra. Francly retomou  
147 um pouco da fala da Profa. Mara por não saber se todos os presentes tinham conhecimento do que  
148 estava sendo discutido; disse que em 2017 foi instituída a reserva de 25% das vagas da UAC; o que  
149 constava na Resolução vigente era que a reserva seria de 25% do total das vagas, e não 25% por  
150 sala; segundo a Resolução em primeiro lugar seria feito uma seleção para os filhos de bolsistas,  
151 porque eles iriam para qualquer uma das vagas, de qualquer sala disponível, inclusive poderia  
152 acontecer de todos os bolsistas ocuparem as vagas do berçário e nenhuma do grupo 5 por exemplo;  
153 então a Resolução vigente dava um flexibilidade para que os bolsistas pudessem usar qualquer das  
154 vagas disponíveis; apenas ao término dessa seleção é que se abria para a ampla concorrência, com  
155 isso na prática como processo de ingresso no PAE coincide com ingresso na Universidade e a  
156 última chamada é em maio, na prática só se conseguia que a ampla concorrência entrasse na UAC  
157 no segundo semestre, o que gerava vagas ociosas; então a ideia seria tentar fazer uma metodologia  
158 para que as vagas não ficassem ociosas, mas ao mesmo tempo não se retirasse dos bolsistas a  
159 possibilidade de colocação das crianças na UAC; tem salas que não tem filho de bolsistas para ser  
160 colocado e mesmo assim só se pode fazer o edital para a ampla concorrência, independente disso,  
161 no final do processo; sabendo como que são raras as vagas na educação infantil no Brasil não teria  
162 porque as vagas ficassem ociosas. Sra. Francly questionou se havia alguma dúvida. Não havendo  
163 dúvidas dos membros Prof. Leonardo deu início a votação dessa experimentação para futuramente  
164 votar a alteração da resolução, que foi aprovada por unanimidade. 2.3 Edital nº 015/2018 - Processo  
165 seletivo de projetos voltados à execução da Bolsa Atividade: A assistente social, Sra. Evellyn, disse  
166 que o edital tratava do processo seletivo de projetos para bolsistas atividade; disse que a algum  
167 tempo já se vinha adotando isso, sendo feito normalmente mais para o início do ano, só que haviam  
168 alguns problemas em relação a isso porque ele é um edital voltado para aqueles que podem realizar  
169 os projetos e participar da seleção, havendo nesse período um período de férias que normalmente  
170 gerava problemas porque havia uma baixa adesão; sendo assim pretendiam esses ano em outubro  
171 para no final de novembro já estarem com todo o processo finalizado e assim que iniciassem as  
172 aulas já estar com o processo para começarem os projetos; informou ainda que tinham  
173 anteriormente uma parceria com a ProEx que fazia a avaliação de todos os projetos, e que esse ano  
174 não haveria mais essa avaliação realizada pela ProEx, e a indicação seria que se constituísse uma  
175 comissão de professores de algumas áreas, para que esses projetos fossem avaliados, colocando a  
176 cargo do CoACE para que se realizasse a constituição dessa comissão. Profa. Débora ficou em  
177 dúvida de como ficaria a composição dessa comissão tendo em vista o encerramento do mandato  
178 dos atuais conselheiros eleitos em 05 de outubro, no caso dela se inscrevesse para participar. Prof.  
179 Leonardo esclareceu que como houve troca do Pró-Reitor de Extensão, quem fez 2016 e 2017  
180 foram os antigos coordenadores que estavam lá, a ideia seria convidá-los também, mas esclareceu  
181 que se houvesse interesse da professora ou dos demais conselheiros em participar poderiam abrir  
182 para colocá-los também. Profa. Débora questionou se legalmente isso seria possível, se por  
183 exemplo, ela não se candidatasse ou não vencesse as eleições para representante do CoACE. Prof.  
184 Leonardo esclareceu que não teria que ser necessariamente conselheiro, mas qualquer professor.  
185 Profa. Débora questionou como se a comissão era tirada no conselho. Prof. Leonardo respondeu que  
186 a comissão seria constituída no conselho, mas não por conselheiros. Profa. Débora perguntou como  
187 saberiam quem seriam as pessoas sendo assim. Sra. Caroline disse que o que pensaram foi convidar  
188 uma pessoa da ProEx, que se disponibilizou em estar compondo essa comissão, para fazer como  
189 uma transição, trazendo a experiência dos processos de avaliação dos projetos; propôs que seria  
190 interessante alguém do DeAE também participar da comissão, e de ter representantes de centro, pois  
191 estão fazendo um esforço grande para manterem contato com professores, coordenadores de curso,  
192 para que os projetos tenham atividades cada vez mais voltadas para pesquisa e extensão, cada vez  
193 mais acadêmica, para retirar um pouco o caráter de “faz tudo”, então pensaram que seria importante  
194 representantes das áreas; disse que como terapeuta ocupacional seria difícil avaliar um projeto das  
195 engenharias, biologia; disse que gostariam enquanto técnicos que operam a bolsa atividade de se

196 sentirem mais seguros no teor das atividades que os bolsistas vão exercer, de que a pessoa estaria  
197 num laboratório que ele não fique só acendendo e apagando luzes, tirando pó; conseguindo fazer  
198 essa seleção que é muito sutil, sensível; trouxe para conversa que uma pessoa de cada área, não  
199 necessariamente de cada centro, poderia ajudar nesse olhar. Profa. Débora questionou se havia um  
200 levantamento de quantos projetos houveram no último edital e que áreas que eram mais procuradas.  
201 Sra. Caroline respondeu que do CECH e alguns órgãos da administração. Profa. Débora perguntou  
202 se tirariam no conselho a comissão com uma pessoa da ProEx que instrumentalizaria essa comissão  
203 composta por representantes das três áreas, não necessariamente membros do CoACE. Prof.  
204 Leonardo disse que sim, o que desdobra esse ponto em dois, a aprovação do edital e a constituição  
205 da comissão para avaliação dos projetos. Profa. Débora questionou se essa comissão nunca teve  
206 representação discente. Sra. Caroline respondeu que não, pois era um trabalho realizado pela ProEx.  
207 Prof. Leonardo disse que era importante salientar que na seleção dos alunos para o Programa de  
208 Assistência Estudantil foram definidos três grandes grupos, o primeiro que é o mais vulnerável ele é  
209 o principal alvo para a bolsa atividade, preferencialmente os estudantes calouros que são  
210 direcionados para a bolsa atividade, uma vez que as vagas não são preenchidas é aí que se passa  
211 para os veteranos; reforçou que era importante a menção que a Sra. Caroline fez, a ProACE tentou a  
212 parceria com a ProEx nos últimos dois anos com o intuito de reduzir o número de projetos de mão  
213 de obra barata simplesmente, que agora tinha um viés acadêmico; disse que tinha conhecimento de  
214 projetos muito bons, nos quais os alunos após realizarem a bolsa atividade eram convidados para  
215 ingressarem em laboratório e outras dependências da Universidade para dar continuidade ao seu  
216 trabalho; sendo assim seria em um primeiro momento trazer alguém da ProEx e convidar também  
217 alguns outros professores para compor a comissão para que no próximo ano já fosse possível  
218 constituí-la com os centros. Profa. Paula pediu a palavra e sugeriu que no Edital no item 3.2, onde  
219 fala a forma de inscrição, fosse colocado algum tipo de confirmação, talvez alterando o formato de  
220 e-mail para formulário, assim a pessoa receberia uma mensagem de que sua inscrição foi efetuada,  
221 porque o item 3.3 diz que não serão aceitos projetos após a data de submissão e como pelo e-mail  
222 não é possível corroborar poderia ser que a pessoa ficasse insegura, por isso seria necessário alguma  
223 forma de corroborar que ela se inscreveu para poder aliviar um pouco a ansiedade das pessoas que  
224 estão se inscrevendo; mencionou também o item E no anexo 2 onde há a frase “é possível a  
225 portadores”, colocando que talvez a frase terminou antes de finalizar. Sra. Evellyn esclareceu que  
226 poderia ser que na hora da formatação do texto sumiu algo nesse ponto; e em relação a confirmação  
227 disse que no ano passado a cada projeto que chegava a equipe enviava a mensagem “documentos  
228 recebidos”. Prof. Leonardo agradeceu a Profa. Paula pelas anotações feitas e solicitou que fosse  
229 suprimido o item e do anexo 2 do Edital. Sra. Sonia sugeriu que fosse anexado um modelo de folha  
230 de frequência e da folha de avaliação porque no decorrer do ano os coordenadores das atividades  
231 ficavam um pouco perdidos e estando no Edital eles poderiam buscar essas informações a qualquer  
232 momento. Sra. Evellyn disse que isso foi retirado, pois no campus de São Carlos as pessoas  
233 entravam em contato perguntando onde estava a folha de frequência, o termo de compromisso,  
234 mesmo estando no Edital, por isso resolveram fazer isso em separado para disponibilizar na página  
235 de bolsas, mas que a sugestão poderia ser acatada. Sra. Sonia disse que esses documentos poderiam  
236 ficar disponíveis na página de bolsas e também no Edital. Prof. Leonardo disse que informação de  
237 mais não iria fazer mal nenhum, podendo ser feita a inclusão dos anexos: termo de compromisso,  
238 folha de frequência e da folha de avaliação no Edital. Sra. Evellyn esclareceu que o edital passado  
239 continha todos os anexos, e que esse ano optaram por deixar apenas o de inscrição de projetos, isso  
240 porque buscaram atualizar tudo e acreditaram que seria melhor deixá-los a parte, mas tendo em  
241 vista que o mesmo está sendo analisado pelo Conselho, caso quisessem poderia acatar essa sugestão  
242 e voltar com os anexos. Sra. Caroline esclareceu que no campus de São Carlos a presença dos  
243 anexos no edital não ajudaram, pois recebiam e-mail de professores, sendo que são 120 bolsas e 150  
244 projetos, então além de responderem pontualmente e individualmente cada um dos projetos  
245 inscritos na seleção também enviavam, sendo que possuíam uma tabela de controle de vagas dos  
246 projetos; e enviavam e reenviavam todos os termos, ainda sim mês passado relatou que encaminhou  
247 para um projeto um veterano e a professora não achou as folhas de termo de compromisso e afins

248 sendo que ela já tinha dois bolsistas; então era uma coisa que precisavam quase que a cada novo  
249 estudante reenviar no e-mail dos orientadores os documentos, relatou que no início do ano, mesmo  
250 com os termos todos e as fichas no edital, em março quando enviaram a primeira leva de calouros,  
251 os orientadores foram até o site de bolsas e baixaram os documentos disponibilizados por lá, porém  
252 era uma documentação datada do ano anterior, sendo necessário substituir todos os documentos  
253 enviados. Prof. Leonardo sugeriu tendo em vista que foram expressas a opinião de São Carlos e de  
254 Araras, que os demais campi também se posicionassem para que fosse feito um encaminhamento.  
255 Sr. Silvio, chefe do SeACE-LS, optou por não estarem juntos os anexos, até mesmo pelo fato de ser  
256 um único documento PDF isso impedia que o professor pudesse digitar os dados do aluno direto no  
257 formulário; disse que acreditava que ele recebendo o arquivo poderia encaminhar de maneira mais  
258 fácil. Sra. Fabiana, chefe do DeACE-So, disse que conversou com o Prof. Fabrício, que é um  
259 professor que já ofereceu projetos, e o mesmo disse que para ele tanto faz, sendo indiferente. Prof.  
260 Leonardo colocou uma sugestão da Sra. Francly de que fosse colocado no edital o endereço de onde  
261 esses documentos estariam disponíveis. Sra. Carolina disse que essa informação já estava no edital.  
262 Prof. Leonardo colocou em votação a inclusão desses termos adicionais no edital, tal modificação  
263 não foi aprovada. Sra. Vanessa, chefe do DeEsp, fez uma observação de que a internet da  
264 Instituição era instável, e que no momento em que a internet não estivesse disponível não seria  
265 possível acessar pelo link, ressaltando que o anexo facilitaria bastante. Feitas as observações Prof.  
266 Leonardo iniciou a votação do Edital nº015/2018- Processo seletivo de projetos voltados à execução  
267 da Bolsa Atividade, aprovado por unanimidade. 2.4 - Apuração de denúncia por assédio moral e  
268 depredação de patrimônio privado no campus São Carlos da UFSCar à Ouvidoria da Instituição sob  
269 NUP: 23546.020268/2016-71: Prof. Leonardo explicou que tratava-se de um caso que ocorreu entre  
270 dois alunos de graduação onde houve a depredação do veículo de um dos alunos, sendo um vidro  
271 quebrado; disse que houve a nomeação de uma comissão que fez a averiguação e produziu um  
272 relatório, enviado a todos os membros, e que o mesmo deveria ser apreciado pelo conselho  
273 juntamente com o parecer da Procuradoria Federal (PF) que o encaminhava para arquivamento.  
274 Prof. Leonardo abriu a palavra. Sra. Evelylyn questionou como ficou a questão da comissão para a  
275 avaliação dos projetos de bolsa atividade. Prof. Leonardo agradeceu o lembrete e retomou ao ponto  
276 anterior para votação da constituição da comissão e questionou quantos professores seriam  
277 necessários para compor a comissão. Sra. Evelylyn esclareceu que pensaram em um representante de  
278 cada centro. Sra. Francly propôs que fosse votado o encaminhamento de ofícios para a indicação por  
279 cada centro. Prof. Leonardo reforçou a proposta dizendo que seria um convite a cada centro, sendo  
280 necessário pelo menos três professores, contemplando as áreas de exatas, humanas e biológicas,  
281 havendo mais professores os mesmos poderiam também compor a comissão; disse que acreditava  
282 não haver problemas e questionou se para a operacionalização desse trabalho seria via e-mail. Sra.  
283 Evelylyn esclareceu que os projetos de todos os campi eram avaliados em São Carlos, sendo que as  
284 realidades eram muito diferentes, sugeriu então que talvez cada campus pudesse ter a sua comissão.  
285 Sra. Francly disse que dessa forma daqui um tempo não teria professores para propor, reforçando  
286 que deveriam iniciar ao poucos, convidando inicialmente os três centros de São Carlos e aos poucos  
287 ampliando. Prof. Leonardo concluiu que devido a questão da viabilidade colocada seria melhor a  
288 comissão ser inicialmente composta por professores dos três centros do campus de São Carlos e do  
289 servidor da ProEx. Prof. Leonardo colocou em votação a constituição da comissão nesses moldes e  
290 a mesma foi aprovada por unanimidade. Terminada a votação Prof. Leonardo retornou ao ponto 2.4  
291 e abriu a palavra para os membros. Não havendo manifestações Prof. Leonardo complementou que  
292 a sugestão da comissão seria o arquivamento, devido ao fato do acusado não ser mais aluno da  
293 instituição, sendo essa a mesma indicação da PF e iniciou a votação do arquivamento do processo,  
294 aprovado por unanimidade. 2.5 Denúncia de fraude no Ingresso à UFSCar 2017, registrada pela  
295 ouvidoria sob NUP 23546.023692/2017-59: Prof. Leonardo disse que nesse caso houve uma fraude  
296 no processo de ingresso da UFSCar e houve divergências dentro da comissão no apontamento dos  
297 encaminhamentos; seguido desses apontamentos da comissão e do membro divergente foi  
298 encaminhado a PF e a mesma sugeriu que esse processo voltasse ao Conselho para que o mesmo  
299 desse o encaminhamento devido. Profa. Débora disse que nesse caso queria entender melhor, pois

300 leu que a aluna em tese quando mencionou o endereço dela, esse endereço divergiu do endereço de  
301 onde ela de fato vivia. Sra. Francy disse que a questão era mais que o endereço divergente, pois  
302 quando a aluna sinaliza que está no endereço ela está morando com a mãe e posteriormente com o  
303 pai, sendo duas famílias distintas com características distintas, com a mãe a composição familiar era  
304 X, e ela disse que estava morando na composição Y. Profa. Débora questionou se a aluna não  
305 poderia estar vivendo esses dois momentos, uma vez que os pais eram separados; em um momento  
306 ela poderia estar vivendo com a mãe em outro com o pai. Sra. Frany esclareceu que foi no momento  
307 em que a avaliação foi validada; esclareceu que a avaliação social é uma foto do momento, podendo  
308 o avaliado vir a ter 350 composições familiares depois, mas a avaliação social é uma foto naquele  
309 momento onde ela assina a composição onde ela estava e declara ser verdade. Profa. Débora  
310 concordou, mas disse que estava se pautando pelo resultado apresentado no relatório, no qual dois  
311 membros consideraram o fato dela ter colocado a questão do endereço ora em um lugar ora em  
312 outro não implicaria numa fraude e na visão do terceiro membro, Sr. Ocimar, isso implicaria numa  
313 fraude; sendo assim gostaria de ouvir os membros da comissão para compreender melhor, pois  
314 quando lê o relatório não lhe parece que isso caracterizaria uma fraude, porque poderia ser o  
315 endereço que a aluna tinha naquele momento para provar; disse não saber se o fato da aluna ter dito  
316 que morava com o pai beneficiaria ela de ter a bolsa ou não, isso que não ficou claro, e o fato de  
317 dizer que morava com a mãe se isso lhe beneficiaria. Sr. Ocimar esclareceu que a questão precedia  
318 a isso, pois quando a pessoa está no núcleo familiar e declara que está no outro, houve neste  
319 momento, que ela declarou, uma manipulação da informação, no sentido de se eu estiver lá eu  
320 consigo a bolsa, então ela se declara lá estando aqui; para ele foi isso o que lhe pareceu, depois  
321 eram fatos a posteriore, o que estava claro é que ela estava em um núcleo e se declarou em outro,  
322 em sua visão, tentando levar uma vantagem que acabou não acontecendo, mas tentou o que para ele  
323 já bastava. Profa. Débora disse que para os conselheiros era muito difícil se colocar em uma posição  
324 de A ou B, para a professora uma fraude tinha um caráter muito mais grave, uma fraude seria querer  
325 passar por alguma coisa que não era, ou seja, de repente apresentar um endereço de um tio ou de um  
326 primo, ou um amigo, pois de fato a aluna tinha pais separados, ela poderia dizer que morava com  
327 um ou com outro, em seu ponto de vista; ela poderia ter brigado com o pai e ido morar com a mãe,  
328 ou estar morando com a mãe e por alguma razão achou melhor ir morar com o pai, se isso não a  
329 beneficiou, não conseguia enxergar uma fraude, no peso da palavra fraude, pois para ela essa  
330 palavra tinha uma conotação muito mais pesada, de punição muito mais grave; disse que ao analisar  
331 o histórico escolar da garota, era um histórico em que ela demonstrava um rendimento baixo, se isso  
332 ainda fosse levado em consideração, mas não era isso, era o simples fato de que em algum momento  
333 ela disse que morava com a mãe, e questionou como que se provaria que de fato ela morava com o  
334 pai, seria o depoimento do pai que foi colocado ali, ou o depoimento dela, ou provas documentais.  
335 Sr. Ocimar respondeu que eram as provas documentais e que para ele eram provas suficientes para  
336 indicar fraude, estando em um núcleo declarando estar em outro para efeito de levar vantagem,  
337 concluindo que sim era uma fraude. Sra. Francy questionou se isso foi só para bolsa ou para entrar  
338 na vaga reservada para cotistas. Sr. Ocimar esclareceu que para entrar na vaga reservada para  
339 cotista na Universidade, tratando-se inicialmente do processo de ingresso na Instituição e  
340 posteriormente do ingresso no Programa de Assistência Estudantil; a aluna se declarou em um  
341 núcleo e depois na conversa com o próprio pai o mesmo disse que poderia ter declarado que a  
342 mesma morava com ele, mas acharam que isso iria influenciar e por isso declararam que ela morava  
343 com a mãe. Sr. Ocimar disse que isso era tipificado como fraude tanto no Programa quanto no  
344 Edital, induzindo o avaliador a erro. Profa. Débora disse que suas considerações baseavam-se no  
345 relatório apresentado, no qual constava que a estudante apresentou no ingresso os documentos que  
346 comprovavam moradia com a mãe, que poderia ser visto como uma inverdade ou fraude, sendo que  
347 o relatório colocava aos conselheiros uma outra posição frente aos mesmos fatos; registrou que não  
348 pretendia dizer se o Sr. Ocimar estava certo ou errado, estando a mesma em uma posição de julgar a  
349 favor ou contra de uma situação em que ela tinha no cálculo dois contra um, não podendo também  
350 desconsiderar o relatório gerado por essas duas outras pessoas, o que levava a crer que ela teria que  
351 acabar se abstendo em uma votação dessa, mas o que levava ela a mudar sua posição era a

352 colocação feita no relatório: “apresenta as seguintes recomendações que nenhuma sanção deve ser  
353 aplicada a estudante uma vez que a comissão conclui que a mesma faz jus ao ingresso na  
354 Instituição, assim como no ingresso ao Programa de Assistência Estudantil”; registrando que se  
355 alinharia como o que seria o dois a um na comissão. Profa. Paula disse que a comissão fez um  
356 trabalho muito bom e que concordava com o que a Profa. Débora colocou, sendo realmente muito  
357 difícil essa votação, pois por um lado os três membros acabavam concordando que houve fraude,  
358 mas como a Profa. Débora colocou, mesmo assim ainda fica um pouco de dúvida quando se parte  
359 do princípio de definição que a comissão trás do que seria residência, por exemplo, o IBGE  
360 considera que se a pessoa volta para casa uma vez por mês, a residência é aquela para qual ela volta,  
361 até mesmo os estudantes da instituição que voltam para suas residências uma vez ao ano; pode ser  
362 que ela colocou esse fato para fazer uso da cota e entrar na Instituição, o que era extremamente  
363 grave e que configuraria de fato a fraude e a intenção da fraude; e ai vinha as questões dos fatores  
364 atenuantes, que parte deles era muito bem apresentado, que se ela tivesse alegado que moraria com  
365 o pai ela estaria também classificada para as cotas, então esse é um fator atenuante muito  
366 importante para a professora, pois no final das contas o resultado seria o mesmo, o que não diminui  
367 a falta de ética que a aluna apresentou, como alega o parecerista, em mentir para entrar na  
368 universidade; nesse ponto gostaria de ver fatores atenuantes desse segundo aspecto, sabia-se que a  
369 aluna estava em um curso que tem um coordenador muito atento, muito conhecedor de seus  
370 estudantes, sendo assim gostaria de saber se os pareceristas ouviram a opinião do Prof. Luis Renato  
371 sobre o desempenho dessa aluna, ela participava de projetos de extensão? sabia-se que o rendimento  
372 acadêmico dela era muito ruim, sendo que ela tinha um terço do ira dos colegas e média das  
373 disciplinas 3,29; questionou o porquê, a aluna desistiu de ir as aulas e não trancou? Ela estava  
374 cursando? Ela participava de pesquisa? Demonstrou arrependimento de ter mentindo quando foi  
375 ouvida pela comissão? Profa. Paula pediu esclarecimentos dessas questões que para ela seriam  
376 fatores atenuantes do caso analisado. Prof. Leonardo fez uma observação dizendo que entende a  
377 preocupação com o rendimento da aluna, mas que ele não estava em questão nessa análise em  
378 especial. Profa. Paula disse entender. Prof. Leonardo disse que ouviram a posição do Sr. Ocimar,  
379 mas que os outros membros da comissão não estavam presentes para prestar esclarecimentos,  
380 questionando se todos sentiam-se a vontade para fazer a votação ouvindo apenas um dos lados,  
381 sugerindo assim que esse ponto fosse retirado da pauta para ser colocado na próxima reunião e para  
382 que os demais membros da comissão pudessem estar presentes para fazerem os apontamentos do  
383 porquê emitiram o relatório dessa forma. Sra. Francy disse que não leu o parecer da comissão, mas  
384 que seria importante apresentar os documentos que normatizam os dois ingressos e o que devia ser  
385 colocado no formulário de assistência estudantil, pois embora tenha essa definição do que é casa  
386 pelo IBGE, está regulamentado o que a pessoa precisa escrever quando preenche o formulário  
387 socioeconômico, tanto para o ingresso na Instituição quanto o ingresso no Programa, então poderia  
388 ser que isso tudo fosse equivocado, que se devia ter outra concepção de residência, mas que  
389 estavam falando de um processo que foi legitimado e que foi usado o mesmo parâmetro para avaliar  
390 todos os concorrentes que entraram na Universidade através das cotas; então disse entender que era  
391 preciso uma escuta ampliada, porque isso poderia mudar a vida da aluna, mas achava também que  
392 era preciso ter por base quais eram os instrumentos que regulamentaram os dois ingressos, para  
393 além das concepções que se tinham, para se ter o que a Universidade regulamenta, e até para se  
394 aprender com isso, se isso não esta claro, podendo aperfeiçoar isso para os próximos editais, tendo  
395 também que estar claro qual era o objeto, o que a comissão estava apurando para não se perder o  
396 foco. Prof. Leonardo iniciou a votação para o adiamento do ponto de pauta com esclarecimento  
397 futuro de ambas as partes da comissão e o adiameto foi aprovado por unanimidade, sendo o ponto  
398 de pauta incluído na próxima reunião do conselho. Assim, a reunião foi encerrada com os  
399 agradecimentos do presidente e dos membros. Eu, GEORGIA M. D. BUAINAIN, na qualidade de  
400 secretária, lavrei a presente ata, que, se aprovada, será assinada pelos membros presentes.

401 Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente) \_\_\_\_\_

402 Sr<sup>a</sup>. Francy Mary Alves Back (Pró-Reitora Adjunta) \_\_\_\_\_